

Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância*

Angela Nunes** e Maria Rosário de Carvalho

Introdução

A etapa inicial de levantamento de possibilidades e potencialidades de investigação sobre a infância, nas áreas da Sociologia e Antropologia, abrangendo um campo interdisciplinar hoje genericamente denominado de Estudos sobre Infância (*Childhood Studies*), não só está vencida como se tem consolidado, gradual e visivelmente, na criação de programas contínuos de formação e pesquisa, no aumento de publicações e na crescente ocorrência de eventos. A capacidade de agência das crianças e a sua participação no universo mais amplo das relações sociais, questões centrais ao debate desencadeado no final dos anos 1980, têm sido focalizadas em inúmeros projetos de investigação e passaram, também, a ser consideradas em ações no âmbito da sociedade civil e das organizações de apoio e proteção à infância. Contudo, não obstante o volume de dados, e provavelmente dada a peculiaridade com que as crianças concretizam e expressam o seu processo de participação na vida social e na construção da própria infância, identificar e definir *como, e o que aprender com as crianças e/ou, sobre elas* permanece um aberto desafio, cheio de contradições, impasses e paradoxos, não só teóricos, mas também sociais e políticos. O adulto em miniatura de

então, incompleto, sem voz e sem sociabilidade plena, passou a ser agente social. Como? Quem ou o que lhe confere a capacidade de agência? O que significa isso? Como se manifesta, concretiza? O que muda com o novo *status* que as crianças passaram a ter? Que noção elas têm da mudança? Que noção os adultos têm da mudança? Que impacto essa mudança tem na vida social? Quais as suas repercussões no campo interacional produzido pela pesquisa antropológica? Supomos dever considerar, neste ponto, dois aspectos: (1) assim como cabe perguntar “quem ou o que confere à criança capacidade de agência”, cabe fazê-lo em relação ao suposto de que ela é um “adulto em miniatura, sem voz...”; (2) para as crianças, houve, de fato, mudança? Dito em outros termos, elas se autoapreendiam como adultos em miniatura, sem voz e sociabilidade plena? Em todas as culturas?

Sem perder de vista o caráter interdisciplinar do campo temático, este artigo refletirá sobre algumas questões metodológicas e epistemológicas que se afiguram, às autoras, primordiais ao avanço, definição e maturação desse campo de estudos, do ponto de vista da Antropologia, apresentando exemplos significativos de pesquisas nacionais e internacionais recentes, de cunho etnográfico e/ou analítico, e de fontes que, mesmo não sendo

* Este texto foi elaborado em 2007 e apresentado no 31º Encontro Anual da Anpocs, em outubro do mesmo ano. As autoras continuam refletindo sobre a contribuição da especificidade dos estudos antropológicos no Brasil ao debate internacional sobre Estudos da Infância.

** No âmbito de Bolsa de Pós-doutoramento SFRH/BPD/26252/2005, atribuída pela FCT, Portugal.

científicas, constituam importantes veículos de informação na sociedade civil e de formação de opinião pública (mídia, organizações, convenções). O intento é apreendê-las comparativamente, de modo a poder “surpreender” categorias específicas a determinados contextos etnográficos, assim como eventuais categorias transculturais. Como pensar uma antropologia da infância se não estivermos preocupados em apreender o que é, simultaneamente, específico e transcultural? Trabalhos etnográficos em “sintonia fina” têm demonstrado como conceitos até recentemente julgados universais ou quase universais, não o são, absolutamente, abalando, assim, quer posturas mais tradicionais, quer algumas das recentes tendências. Os exemplos são vários, uns com base em vasta etnografia, outros apenas em potencial. Mencionaremos somente alguns que mostram certa atualidade temática em nível internacional.

Manfred Liebel há tempo introduziu um debate crítico em torno de questões relacionadas com o trabalho infantil. Entre as suas várias publicações, destacamos uma coleção de ensaios que evidenciam o protagonismo das crianças trabalhadoras e sua luta por melhores condições de trabalho na América Latina, Ásia e África, e cujo posicionamento do autor em parte contradiz a Convenção da OIT e colide com os valores, ditos universais, que proclamam o ideal ocidental de proteção das crianças (Liebel *et al.*, 2001)¹. Jason Hart (2006) evidencia como, na sua ânsia de proteger as crianças envolvidas em conflitos armados, a ação humanitária falha em perceber o contexto histórico, social, político e econômico em que cada um desses conflitos se desenrola. Essa atitude das organizações não governamentais (ONGs), às quais não raro faltam informações etnográficas acuradas, obscurece as possíveis motivações ou engajamento das próprias crianças nesses conflitos, conduzindo a uma avaliação

simplista do problema. Em outra espécie de conflito armado, vale o alerta dado por Duke Dowdney (2003) sobre o envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico e venda de droga nas favelas do Rio de Janeiro². De características totalmente diferentes, podemos mencionar, ainda, o polêmico artigo de David Lancy (2007) sobre brincar entre mãe e filhos, modelo que está sendo exportado, para todo o mundo, como decisivo ao desenvolvimento da criança, não obstante a etnografia tenha demonstrado, recorrentemente, que este é um comportamento recente, observado apenas nas sociedades modernas, urbanas, ocidentais e em famílias de classe média alta, não havendo registro de sua ocorrência em cerca de 75% dos povos do mundo. No Brasil, reacendeu-se, recentemente, a discussão em torno da prática do infanticídio entre alguns povos indígenas, com alguns evocando o direito universal à vida, outros à diferença cultural, e ainda outros apelando ao relativismo cultural, em discursos que se baseiam em informação esparsa e fragmentada pois, efetivamente, não há investigação suficiente sobre o tema. Sobretudo, não há investigação suficiente que permita refletir sobre o significado, papel e valor da concepção, nascimento e vida de uma criança nessa sociedade específica, e envolvendo os níveis cosmológico, simbólico, sociológico.

Sabemos que os estudos sobre a infância foram introduzidos na Antropologia através de alguns autores considerados de referência imprescindível na história da disciplina, tais como Taylor, Boas, Mauss, Durkheim, Mead e Fortes, entre outros. Sabemos também que foram necessárias décadas de contribuições desse tipo, valiosas, porém dispersas e descontínuas na sua maioria, até que eclodisse o movimento acadêmico vigoroso que acabou por delinear a construção de um referencial teórico e metodológico capaz de nortear as investigações sobre crianças e infância,

englobando-as num debate abrangente e internacional. O paradigma sistematizado por James e Prout (1990, pp. 8-9), somado aos resultados do projeto europeu *Childhood as Social Phenomenon*³ (Qvortrup *et al.*, 1994), constituem divisores de águas, a partir dos quais, no âmbito dos estudos antropológicos e sociológicos sobre a infância, as crianças passaram a ser consideradas, e compreendidas, como atores sociais.

Teoricamente, portanto, foi reconhecida a sua capacidade de agência, subentendendo-se que a criança não só participa, mas que sua participação pode adicionar algo à vida social, transformando-a. *Dar voz às crianças* e evidenciar a sua *competência social* tornaram-se procedimentos imperativos e incontornáveis na condução das investigações. Essas acepções passaram a integrar o discurso científico, ao mesmo tempo que se diversificaram e multiplicaram os esforços para captar e revelar o “ponto de vista” das crianças sobre os mais variados temas, reunindo-se, desse modo, uma infinidade de informações a respeito. Porém, tem sido extremamente difícil identificar, na prática, o que é esse algo que as crianças adicionam e qual o impacto e as consequências da sua ação na vida em sociedade. Há questões metodológicas implícitas a essa dificuldade. Algumas delas foram sistematizadas por Christensen e James (2000) em um livro que reúne ensaios de diversos autores e disciplinas, apresentando várias perspectivas, experiências e tópicos de investigação, e alertando para uma enorme gama de questões teóricas, práticas, morais e éticas. Não é um guia de receitas de pesquisa, mas um guia de reflexão, do qual emergem sugestões que devem ser tomadas em conta no avançar dos estudos sobre a infância⁴. A postura mais tradicional – de que o que se conhecia sobre as crianças era apenas o que relatavam as pessoas que destas cuidavam – foi substituída pela que pressupõe que as

crianças possuem conhecimentos e características que as tornam aptas a participar das pesquisas como *informantes*. Neste livro, *Research with children...*, as autoras propõem uma abordagem metodológica que não estabelece diferenças entre pesquisar adultos ou crianças: tal como os adultos, as crianças respondem a entrevistas, preenchem questionários e permitem que suas vidas cotidianas sejam observadas. Não seria preciso, portanto, desenvolver ou adotar métodos específicos, sendo importante, sim, que o método, seja ele qual for, se adeque às pessoas envolvidas no contexto sociocultural da investigação. A proposta introduzida por Christensen e James constitui um passo adiante no sentido de situar – do ponto de vista metodológico – a pesquisa sobre infância em um patamar de igualdade em relação às demais pesquisas em Antropologia e Sociologia, tentando reduzir distâncias e alargar o debate.

Contudo, o que parece simples e óbvio no tocante ao método, ou ao seu aspecto mais técnico, torna-se complexo no que refere ao reverso da medalha, ou seja, às categorias de análise, sobretudo se os estudos se reportarem a sociedades consideradas não ocidentais. Nunes (2003, p. 312), a partir de seus estudos sobre infância indígena no Brasil, propõe uma reflexão metodológica que engloba um processo em duplo sentido: se a construção de boas etnografias sobre a infância permite a identificação das categorias de análise teórica que mais e melhores rendimentos possam trazer, serão essas categorias que, por sua vez, e em simultâneo, proporcionarão uma crescente qualidade na recolha etnográfica. As categorias a eleger seriam, pelos menos, de dois tipos: as que, sendo próprias da Antropologia, têm-se mostrado como mais adequadas para a construção de um conhecimento sobre os povos indígenas no Brasil, e que, num esforço de especificação do objeto empírico – a infância indígena –,

poderão ser excepcionalmente rentáveis na observação e análise teóricas deste; e as que poderão ser consideradas como “endêmicas” da infância, indígena ou qualquer outra, que, neste caso, podem constituir categorias até então pouco, ou nada, trabalhadas no âmbito da Antropologia. As suas pesquisas indicam que *o brincar* seria uma dessas categorias. Quer isso dizer que, da mesma maneira que categorias analítico-conceituais ocidentais não se aplicam, com a mesma rentabilidade, a contextos culturais não ocidentais, talvez as categorias até agora aplicadas a contextos adultos, que são os que têm sido alvo privilegiado dos estudos antropológicos, não sejam as mais adequadas para apreender a infância, sem deixar de ter em conta que são muitas e variadas as infâncias que existem no mundo, e que a categoria infância é universal em termos de ocorrência mas específica em suas manifestações concretas, sendo de extrema importância que o debate internacional inclua, cada vez mais, investigações realizadas em contextos etnográficos não ocidentais.

Apesar de nos anos 1990 terem sido publicados mais livros e artigos sobre crianças e infância, no mundo inteiro, do que em todo o período anterior, desde a definição da Antropologia como ciência social, tal como recentemente afirmou LeVine (2007, p. 247), tem sido extremamente difícil traduzir em reflexão teórica os resultados das investigações, sobretudo no que refere a galgar as próprias fronteiras dos estudos concentrados na infância e a integrá-los no debate antropológico (e sociológico, ou interdisciplinar) mais amplo. A marginalidade desses estudos foi apontada por Laurence Hirschfeld (2002). O autor questiona o fato de a Antropologia, em geral, continuar sem dar atenção a essas contribuições e indaga sobre a falta de impacto dos resultados, até então obtidos na teoria antropológica. Hirschfeld demonstra, nesse

artigo, que a Antropologia já está suficientemente bem informada sobre o papel social das crianças, mas que seria a *excepcionalidade*⁵ com que elas o constroem, desempenham e recriam, que torna a sua participação na interação social um ponto de tensão e bloqueio. Como resultado, para além dos próprios limites dos estudos antropológicos sobre infância, segundo o autor, as crianças continuam a ser sub-representadas e subteorizadas na literatura antropológica. Esse argumento, certamente, se poderá ilustrar com o fato de, só em 2007, ter sido proposta (e aceite!) a criação de um Grupo de Interesse sobre Crianças e Infância no âmbito da American Anthropological Association, quase em simultâneo à inclusão de um *in focus* de título *Children, Childhoods and Childhood Studies* na revista *American Anthropologist* (v. 109, n. 2, 2007), onde seis artigos de autores que são referência internacional neste debate expõem a diversidade e complexidade do tópico, destacando as principais questões metodológicas e teóricas, suas potencialidades e problemas. É curioso notar que essa é a associação de antropólogos que maior número de membros tem, espalhados por todos os continentes, e que foi fundada em 1902. Para que se possa efetivamente dizer que os estudos antropológicos sobre infância “*have come of age*”, parece-nos carecer de ganhar visibilidade na disciplina. Tudo indica que esta está sendo, gradualmente, conquistada, mas falta, ainda, que os antropólogos que não trabalham especificamente com questões inerentes à infância considerem as suas contribuições em igual nível de importância com as demais. É da nossa responsabilidade, também, levar os resultados do nosso trabalho a outros campos temáticos, de modo a produzir sinergia.

Uma das dificuldades inerentes a essa dupla “marginalidade” (a das crianças e a dos estudos que sobre elas incidem) poderá continuar a residir na relação de alterida-

de entre crianças e adultos, retomando-se a necessidade de desconstrução da atitude adultocêntrica que foi o cerne da revisão crítica iniciada nos anos 1980. O pesquisador, como adulto, não está isento da sua própria concepção de infância, e da interferência da relação criança-adulto na relação pesquisado-pesquisador. Isso encerra uma questão metodológica fundamental, uma vez que são os adultos pesquisadores que escolhem, dão forma e expressão aos “pontos de vista das crianças”, seja qual for o método ou a forma como estes são revelados ou captados.

Para Chris Jenks (1982)⁶, por exemplo, é impossível negar ou invalidar, de um momento para o outro, os efeitos ou consequências de décadas de educação ou socialização segundo os modelos dominantes. A sua proposta de revisão da relação adulto-criança pressupõe uma atitude o mais possível isenta dos preconceitos que remeteram a infância para a margem do mundo social, no qual ela só participa, plenamente, quando atinge a idade adulta. Sugere, também, a superação do uso constante de metáforas de crescimento, usadas quer por leigos quer por cientistas sociais. São procedimentos aparentemente simples, porém, depois de mais de vinte anos, ainda é comum e frequente ouvir frases como “criança é o amanhã, é o futuro” em campanhas políticas, humanitárias, publicitárias, educacionais etc., ou o uso de palavras como “brincadeira” para referir a algo que não é sério, ou “criança/infantil” para algo que não vale por inteiro. Essas concepções, enraizadas no pensamento coletivo, têm-se demonstrado muito resistentes e não se alteram pelo simples fato de haver leis, pressupostos teóricos ou procedimentos técnicos que atestem a competência social das crianças⁷. Para Nunes, a chave nesse processo está na qualidade da relação estabelecida com as crianças, como e o que fazemos ao estar com elas, ou a coragem de não fazer nada e per-

mitir, quer seja como professores, educadores, pesquisadores, amigos ou parentes, que a criança se manifeste como lhe aprouver. A recente Antropologia da Infância está atenta a esse fato e tem fornecido orientações que a autora reconhece como significativas e incontornáveis para se estudar a infância. Contudo, ela insiste que não se trata de algo que se aprenda apenas teoricamente, pois é uma questão que tem a ver com os princípios e com a ética do relacionamento com o *outro* que a criança é (Nunes, 2003, p. 27).

Concepções de agência e infância

A etimologia das palavras *infante* (não falante) e *criança* (em processo de criação) encerra um poder simbólico e uma concepção de infância que, ao mesmo tempo, protege, exclui e diminui, expondo a complexidade da questão⁸. Há, por exemplo, um conflito entre a necessidade de proteger as crianças, dada a sua aparente vulnerabilidade, e, simultaneamente, a sua competência. O princípio do “melhor interesse da criança”, constantemente evocado no âmbito jurídico, expressa a decisão de adultos-juristas com base naquilo que estes concebem, para si, como sendo o melhor para as crianças, depois de estas terem sido ouvidas respeitosamente e de terem exposto opiniões e vontades⁹ que, geralmente, acabam por ser ignoradas nas decisões finais¹⁰. Ackers e Stalford (2004), ao observarem a intensa mobilidade de cidadãos no espaço da União Europeia, também registraram inúmeras situações em que não obstante as crianças tenham sido consultadas, as suas opiniões ou preferências não foram consideradas na tomada de decisões familiares referentes ao processo migratório, quer nas que afetavam a família nuclear como um todo, um dos adultos, ou as próprias crianças (no caso destas, geralmente, em conexão com a situação escolar).

O processo de desconstrução dessa atitude adultocêntrica, hoje envolta em outras roupagens, é longo e complexo. Dar voz às crianças, respeitar suas opiniões e pontos de vista são expressões recorrentes, hoje em dia, quer no âmbito científico e/ou educacional, quer no da sociedade civil. Projetos de ação social e pedagógica, assim como de cineastas, fotógrafos, escritores, artistas, cientistas, cada vez mais procuram expressar a perspectiva das crianças e o seu entendimento da realidade. Por sua vez, as crianças respondem a entrevistas, participam em passeatas, *workshops*, debates, fazem programas de rádio e de televisão, fotografam, filmam e editam vídeos que são enviados para competições internacionais, organizam-se em sindicatos e discursam em parlamentos, são pesquisadoras elas mesmas, entre outras atuações.

Sem negar a dimensão político-pedagógica que alguns dos eventos ou ações mencionados acima possam ter, sobretudo dependendo de como forem conduzidos, não podemos evitar a incômoda pergunta: Será que a agência das crianças só é passível de se manifestar (ou de ser reconhecida) em ações que são típicas do universo dos adultos? Será que na ânsia de tornar a criança um agente social e de lhe reconhecer uma sociabilidade plena, nós, adultos, cientistas e cidadãos, estamos correndo o risco de as adultizar? Não estaremos repetindo, em grande parte, a atitude que constituiu a crítica aos paradigmas anteriores, apenas revestindo-a de palavras politicamente corretas, modernas e sofisticadas, encaixadas no atual discurso científico? Recordando Jenks (1982), para quem o paradoxo contido na relação entre adultos e crianças tem sido resolvido, pelos primeiros, transformando as crianças em adultos como eles próprios, será tal atitude apenas uma outra volta da espiral? Como apre(ender), situacionalmente, a agência das crianças? Como identificá-la, captá-la e problematizá-

la, antropológicamente, em vários contextos sociais, perceber seus sentidos e significados? Por outro lado, e não obstante o risco de certa reiteração sobre o tema, talvez não devamos questionar certa reificação a que as categorias infância e agência poderão estar sendo submetidas?

Tomemos, preliminarmente, a categoria agência. Brian Morris (1997, p. 325) afirma, parafraseando Husserl (1970), que a vida humana é um “paradoxo” essencial, uma vez que há um dualismo inerente à existência social, decorrente do fato de sermos, simultaneamente, seres contemplativos e participantes ativos neste mundo. Isso quer dizer que os seres humanos, através da práxis social, criam, também, estruturas, sociais e normativas, e esquemas culturais que, em troca, como entidades emergentes, constroem e condicionam a consciência e o comportamento humanos. Nesse sentido, a história das Ciências Sociais tem sido um debate contínuo entre duas ontologias ou abordagens completamente distintas da vida social e as muitas tentativas recentes para transcender a dualidade da estrutura e agência incidem em uma combinação dialética entre agência humana e estrutura social, dialética que é aplainada mediante a ênfase excessiva sobre práticas sociais (Giddens, 1984), discursos de poder (Foucault, 1980), configurações sociais (Elias, 1978) e experiência vivida (Jackson, 1989). A conclusão de Morris (1997, p. 336), que, à primeira vista, pode ser considerada muito singela, talvez implique uma alternativa possível, à medida que se limita a preconizar que a Antropologia deve ser entendida como uma ciência empírica, concreta, hermenêutica e histórica, e que os fenômenos sociais podem, ademais, ser compreendidos através de uma abordagem interpretativa, análise causal e razão histórica.

Admitida, assim, agência para todos os seres humanos, incluídas as crianças, cabe

considerar que a capacidade infantil para agir e representar está em correlação com a sua idade, habilidades cognitivas e a história de suas relações com outras pessoas em um ambiente com uma história cultural específica (Toren, 1993, p. 466), o que implica, conseqüentemente, distintas modalidades de agência. Isso não quer dizer, todavia, que não haja o que Charlotte Hardman (2001, p. 504) informa estar buscando, ou seja, um mundo infantil autorregulado, autônomo, que não necessariamente reflita o desenvolvimento da cultura do adulto, e que se apresentaria sob a forma de um segmento do estoque de crenças, valores e interação social que lhe é exclusivo. Esse universo autorregulado, por sua vez, existiria simultaneamente ao universo regulado preponderantemente pelos adultos, no âmbito do qual as crianças são tidas como pessoas em formação. De todo modo, vale indagar se os significados registrados por Toren em quatro contextos etnográficos (Fijiano, Manus, Abelam e euro-americano) e definidos como diretas inversões dos significados dos adultos – à luz dos quais ela diz haver tentado enfatizar que os conceitos das crianças são tão válidos quanto aqueles dos adultos (p. 473) – não comporiam esse universo autônomo, mediante o qual as crianças produziriam significados inversamente simétricos aos dos adultos que com elas interagem.

Algo semelhante parece suceder com a categoria infância, tratada, muitas vezes, como uma categoria única e, por extensão, em consonância com um conjunto de atributos desvinculados da prática social. Tome-mos dois exemplos, ambos, paradoxalmente, fortemente impregnados de história.

Em pesquisa realizada no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (Cedeca), organização não governamental com atuação direta em casos de violência contra crianças e adolescentes, Gessé de Sou-

za Silva (2000, p. 103) registrou que nas situações em que a dinâmica familiar é percebida como equilibrada, dentro do esperado, ou seja, presença de figura masculina, mãe disponível apenas para cuidar do lar e dos filhos, que tampouco tinham de desempenhar quaisquer atividades fora de casa, além dos estudos, a vítima foi responsabilizada pelo ocorrido, vista como a causadora de conflitos com a vizinhança, a polícia e entre os membros da família, além de ser responsabilizada por participar no jogo de sedução com o agressor. Como resultado dessa interpretação da causalidade, a criança vítima é castigada fisicamente para não repetir esta conduta¹¹.

Para Silva, o caráter dessa interpretação supõe que a criança seja capaz de avaliar e decidir corretamente as situações de risco, em face do que ele remete o leitor às considerações de Postman sobre um fenômeno que é apresentado como muito recente no Ocidente, ou seja, o “desaparecimento da infância”. Para Postman (1998 *apud* Silva, 2000, p. 103), o que caracteriza esse fenômeno é, justamente, o apagamento das diferenças entre a idade adulta e a infância. Cada vez mais vista como capaz de compartilhar do mundo adulto, a criança pode com ele se relacionar em condições de igualdade. Tal suposto implicaria uma nova indistinção entre as idades, tal como aquela identificada por Ariès até o final da Idade Média, na medida em que, contemporaneamente, quer em decorrência, como assinala Postman, do grande poder assumido pelos meios de comunicação – que tornam acessíveis a todos, indistintamente, conhecimentos que antes só eram acessíveis a um adulto alfabetizado –, quer, como enfatiza Souza, das grandes desigualdades sociais e poucas oportunidades para a infância e a adolescência, estaria ocorrendo um rápido desenvolvimento da primeira.

A qual ou quais infâncias os meios de comunicação tornam acessíveis conhecimentos

até recentemente de acesso exclusivo a um adulto alfabetizado? As desigualdades sociais afetam, igualmente, a infância no mundo? A negativa que ambas as formulações receberão de qualquer leitor atento talvez possa ser entendida como uma advertência contra conclusões não suficientemente apoiadas em boas evidências etnográficas, do que se pode depreender que não é possível aceitar o suposto do desaparecimento da infância no Ocidente sem certo crivo crítico, mesmo que se admita que o Ocidente esteja sendo utilizado por Postman para designar apenas os denominados países centrais.

Não obstante, pesquisas brasileiras voltadas para o consumo fazem coro a Postman, reclamando que “a infância está mais curta”. Roupas, aparelhos eletrônicos, cosméticos e jogos eletrônicos estão cada vez mais no topo da lista de preferências desse segmento consumidor. A denominada adultização do consumo infantil está suscitando inquietação entre institutos orientados para o chamado consumo consciente. Marilena Lazzarini, coordenadora institucional do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), lembra que, em estudo feito pela ONU, os jovens brasileiros estão no topo da lista dos consumistas, à frente de norte-americanos, japoneses, franceses e italianos. Ela afirma que “além de começar a fazer suas escolhas mais cedo, as crianças passaram a influenciar o consumo da família. Não é à toa que *marketing* e publicidade são direcionados ao público jovem” (O Tempo Online, 2007).

Como pesquisador, há muitos anos, dos conflitos sociais na Amazônia, da luta pela terra e dos movimentos sociais, o sociólogo José de Souza Martins revela ter vivido, diretamente, a experiência de não poder realizar entrevistas isoladas com determinadas pessoas ou delas obter informações “em privado”. Ao produzir entrevistas com trabalhadores, que mais se assemelhavam a uma assembleia devi-

do aos apartes de outros, sempre lhe chamou a atenção a presença, “de pé ou de cócoras pelos cantos”, de um grupo numeroso e atento, que, aparentemente, não se sentia no direito de falar e perguntar, isto é, aquele formado por crianças, “um grupo que não fala mas ouve muito” (Martins, 1997, p. 120).

Afinal, Martins conseguiu ouvir crianças e adolescentes, mediante entrevistas gravadas, e ler seus depoimentos. O material utilizado no capítulo “A criança como testemunha” foi particularmente recolhido na Colônia de Canarana, Estado do Mato Grosso, um núcleo de colonização particular composto, predominantemente, por gaúchos oriundos da região de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, e em dois povoados da pré-Amazônia maranhense, ocupados por posseiros em busca de terras (*ibidem*, p. 121). De acordo com ele, o estímulo para que escrevessem pequenos depoimentos sobre a região e o novo lugar de residência revelou grande vontade de falar, surpreendente informação sobre os acontecimentos e limites e possibilidades de suas vidas, além de uma sutil mas clara crítica aos adultos, por excluí-los das discussões sobre o que estava acontecendo (p. 122). Nesse sentido, Martins conclui que a fala de cada criança é um fragmento de um enredo mais amplo, “que protagonizará com os outros” (*ibid.*).

Crianças colonas e posseiras entendem os constantes deslocamentos espaciais como a busca de futuro – “atrás de futuro... os pais queriam dar um futuro melhor aos filhos (p. 124). Se os migrantes estabelecidos em Canarana têm terra e equipamentos, a ameaça do futuro incidindo no esgotamento da terra para cultivar arroz, entre os posseiros do Maranhão, pobres sem terras, a vida é marcada pela inconstância, o que levou um garoto de onze anos a declarar a Martins nunca haver sido feliz em sua vida (p. 133). O autor conclui que em ambas as situações há uma “falsa infância”, pois as crianças trabalham

desde muito cedo, frequentemente em tarefas consideradas pesadas e, portanto, de adulto: no caso dos colonos, a infância já foi incorporada pelo trabalho; no caso dos posseiros, foi marginalizada pelo trabalho (pp. 143-4).

Competente e experiente, Martins, ao designar as infâncias descritas como falsas cede lugar à sensibilidade de cientista engajado e projeta uma noção de infância absolutamente descolada da realidade investigada; não se trata de falsas infâncias mas apenas de infâncias possíveis¹² em contextos especialmente adversos para todos os atores sociais que neles produzem e reproduzem, material e simbolicamente.

A participação das crianças na vida social

As autoras deste artigo partem do pressuposto de que a participação das crianças na vida social, independentemente de ter sido ou não alvo de pesquisa, reflexão e teorização antropológica, sempre existiu. A presença das crianças sempre interferiu na vida social, ainda que silenciosa ou silenciada, ou sem evidenciar “agência” nos moldes compreendidos recentemente. A sua ausência, também. Das sociedades ocidentais, urbanas, aos povos indígenas morando nos mais recônditos cantos da floresta amazônica, poder ou não conceber uma criança, desejá-la ou não, todos os pensamentos e emoções relacionados com a sua concepção, arranjos e, ou desarranjos familiares, societários, econômicos, políticos desencadeados, provocam impacto e acrescentam algo à sociedade como um todo, mesmo antes desta vir ao mundo. O nascimento de uma criança implica, pois, mudanças em toda a estrutura societária. Mas não só. O seu crescimento físico faz-se a par da construção de um entendimento do mundo que a rodeia, e da sua experiência neste, que é diferente da de seus

ascendentes, que será diferente da que seus filhos construirão, e que varia, em simultâneo, no tempo e no espaço.

Observações efetuadas por Nunes em diversos contextos sociais permitiram-lhe constatar que a criança vive e se expressa dentro de limites e até amplitudes que lhe são próprios, ao mesmo tempo que há zonas de intersecção com os limites e amplitudes dos adultos com os quais convivem. Ao longo do ciclo de vida do indivíduo existe um processo de transformação que, tampouco, finaliza quando chega a morte, e que ele cumpre em meio a estrangimentos biológicos, socioculturais e espirituais. Cada etapa tem traços próprios e está, simultaneamente, interligada às demais. Estudar uma sociedade sem levar em conta como as categorias socioetárias que a compõem, entre as quais a das crianças, como estas agem e pensam, é, antropológicamente, um estudo incompleto, não sendo a sociabilidade da criança considerada plena, apenas porque está por desvendar (Nunes, 1999, p. 111).

A pesquisa que Nunes desenvolveu, nos anos 1990, entre os Xavante, no Mato Grosso, evidenciou o papel social definido e atuante das crianças, imprescindível na vida do grupo doméstico e da comunidade. Não como “adultos em potencial”, como um eterno “vir a ser”, mas como “crianças que são”, não se resumindo o processo através do qual o indivíduo se torna um Xavante à etapa em que começa a manifestar, e assumir, a plenitude das suas funções sociais e rituais. Explorando o significado e aplicações da palavra *waihu'u*, que se traduz simultaneamente por “aprender-ensinar-saber”, a autora evidenciou que “saber ensinar” a ser um Xavante faz parte de “saber aprender” a ser um Xavante, e vice-versa. Mas, “aprender-ensinar-saber” ser um Xavante não se concentra apenas na etapa de iniciação e/ou na posterior, onde se adquire a tão desejada maturidade.

Ser um Xavante é um longo processo que se põe em movimento já a partir da concepção, manifestado simbolicamente através do uso dos batoques auriculares pintados de vermelho, por parte dos homens, durante o intercurso sexual. Podemos até mesmo recuar no ciclo de vida dos homens Xavante e pensar na iniciação. Ao terem os lóbulos das orelhas perfuradas, os jovens recebem permissão para a vida sexual e, em breve, estarão aptos para casar e ter filhos. Simbolicamente, essa perfuração significa o ato sexual (Maybury-Lewis, 1984, p. 108). Além desses aspectos diretamente relacionados com a concepção, no decorrer da gravidez da mulher, há uma série de restrições e tabus que devem ser observados pelo pai da criança que vai nascer, e que têm implicações diretas com as condições favoráveis ao parto, e à saúde da esposa e do bebê¹³. De um modo ou de outro, a maioria das monografias sobre sociedades indígenas brasileiras são unânimes em referir-se à infância como um período em que o indivíduo apenas se prepara para ser adulto, ou seja, para ser investido de função social¹⁴. Há, realmente, uma preparação em curso desde os primeiros anos de vida, e é verdade que, uma vez adulto, o indivíduo assume uma série de funções sociais específicas. Essa é, porém, uma visão extremamente parcial de todo o processo. A iniciação não inaugura a existência de funções sociais na vida do indivíduo, mas sim abre caminho para que outras funções sociais tomem lugar e forma, funções estas que se desdobrarão em outras, ainda, no decorrer de etapas futuras de crescimento e maturidade. Cada uma das etapas é vivida e cumprida com inteireza, em dimensões e atribuições próprias. A etapa da infância está incluída nesse processo e, em si mesma, encerra um universo de papéis, funções, limites, possibilidades, aprendizados e descobertas que só ocorrem nesse período (Maybury-Lewis, 1984, p. 153).

Compreender a participação das crianças na vida social, na acepção de Toren (1993, p. 462; nossa tradução), “exige uma focalização nas crianças como sendo, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos da história”, o que quer dizer que “os estudos sobre cognição infantil não só são essenciais se quisermos entender o que os adultos fazem e dizem, mas, também, que negligenciar esses estudos significa prejudicar as análises sobre aspectos-chave da vida adulta”. Essa ausência de interesse sobre a infância é atribuída por Toren ao fato de os antropólogos terem sempre aceito, e considerado, a socialização como um processo previsível e meramente reprodutor do mundo adulto. O conceito de socialização tem-se manifestado, portanto, como um ponto teórico preponderante em torno do qual se renovaram alguns interesses antropológicos, inclusive no que concerne a sociedades não ocidentais ou de tradição oral. Vários exemplos, entre os quais estão textos de Frederik Barth, Peter Gow, Laura Graham, Joanna Overing, Richard Price, Enid Schildkrout e Christina Toren, são apresentados por Clarice Cohn (2000), em análise que também inclui as contribuições de cientistas brasileiros, como Florestan Fernandes e Egon Schaden, Nunes e dela própria, acerca dos índios Kayapó-Xikrin. Para além de reforçar a ideia de haver na infância um processo de produção cultural em simultaneidade com o de reprodução cultural, o que retira aos adultos a exclusividade do papel de agentes socializadores, é evocada a necessidade de apreender o universo infantil no que lhe é específico, ao mesmo tempo que

[...] os processos de educação e aprendizado próprios das sociedades analisadas podem ser melhor apreendidos, ao se abdicar da busca de realizações de um desenvolvimento cognitivo universal em favor de uma análise de como essas sociedades concebem e reflectem esse processo (Cohn, 2002, p. 234).

De acordo com Lopes da Silva e Nunes (2002, p. 21), a leitura que a experiência de pesquisa entre os povos indígenas no Brasil permite fazer dessa discussão, já que é absolutamente recente a atenção conferida à infância nesse contexto, é que a revisão do conceito de socialização propõe a passagem da sua concepção como mecanismo integrador da criança à sociedade, através da formação de indivíduos bem ajustados, social e emocionalmente, aos padrões de comportamento e aos papéis sociais de uma ordem estabelecida, entendida como perene e coesa, a uma concepção dinâmica e historicizada de cultura em que as crianças passem a ser consideradas como seres plenos, como agentes sociais ativos e capazes de criar um universo sociocultural com especificidade própria, produtor de uma reflexão crítica sobre o mundo dos adultos. Entende-se, portanto, que o estudo das categorias de idade socialmente definidas, das etapas do ciclo de vida e do processo de aprendizagem e formação da pessoa, presentes nos paradigmas anteriores, continua a ser útil como via de acesso à compreensão da categoria “criança” e do seu lugar e sentido em contextos socioculturais específicos. Mas as informações que produzem devem ser trabalhadas diversamente, já que as concepções mais recentes expressam a recusa, por parte dos pesquisadores com elas afinados, da ideia de que as crianças são receptores passivos da ação dos adultos nos processos de socialização. As crianças têm algo de original a dizer, socializam-se ao longo de uma relação dialógica com o mundo à sua volta, de tal modo que, justificadamente, a sua vivência, as suas representações e os seus modos próprios de ação e de expressão devem constituir objetos específicos de pesquisa social.

Essa compreensão, no entanto, verifica-se mais em teoria do que na prática. Lucas Ruri’ô, um professor Xavante, expressou-o

do seguinte modo, ao refletir sobre um projeto de educação diferenciada que havia traçado para a sua aldeia:

É importante a gente dar atenção a esse saber que as crianças têm, e que até agora nós não conhecemos. Em vez de ir lá naquele espaço maior onde elas têm mais liberdade, onde elas podem criar, não damos importância porque achamos que é próprio de criança. Então, é por isso que sentimos ainda aquela incapacidade, aquela humildade de valorizar o que as crianças sentem. Isso falta ainda (*apud* Nunes, 2003, p. 304).

A autoridade e a superioridade que os adultos demonstram para com as crianças, segundo Agostinho da Silva ([1939] 2000, p. 202), armadura atrás da qual o adulto esconde as suas fragilidades e vulnerabilidades, são as mesmas que os impedem de perceber e aceitar o espírito livre e criador destas, e, conseqüentemente, a sua capacidade de entender o mundo. Martins (1993, pp. 16-17) afirma serem as crianças as maiores portadoras de crítica social. Butler (1996, p. 14) diz não estarmos preparados, enquanto adultos, para a “maturidade e sofisticação” com que as crianças entendem o mundo e o seu lugar nele. E, na opinião de Iturra (1996, p. 19):

Pode-se dizer, nesta minha tentativa de entender a epistemologia dos pequenos, que este ser não tem medo e avança em procura do seu próprio prazer, objectivo, finalidade; e, também, aprovação dos outros; essa aprovação que dá carinho e prazer aos pequenos indivíduos que, gostem ou não, saibam ou não, vivem um tipo de autonomia. Autonomia que não deriva do imaginário, mas sim da fantasia com a qual avaliam o real. E essa fantasia, da qual resulta o real que eu reclamo [que] existe na mente infantil, é a que aprisiona, ata e faz hesitar o adulto, que res-

ponde com insegurança e age a partir da sua inquestionável posição de autoridade.

Duas décadas de estudos, durante os quais teorias foram revistas e novas abordagens propostas e experimentadas, não parecem ter sido suficientes para evitar que James e James (2004, p. 23) se refiram à “agência” e “participação” das crianças como algo ainda ignorado, ou negado. Os autores partem do pressuposto de que o comportamento e experiência social das crianças são determinados por instituições e mecanismos sociais, abrangendo as quatro principais esferas de ação que regulam as suas vidas: escola, saúde, lei e família. Essas instituições, formadas e controladas por adultos, são as que garantem a continuidade da ordem social. Isso não significa, porém, que a ordem seja imutável. Qualquer mudança acarretada pela experiência social das crianças, adicionando algo ao modelo passado pelos adultos e, de certo modo, desafiando a ordem segundo a qual se deveriam comportar, só poderá ser incorporada, institucionalmente, através dos adultos, pois estes é que detêm o poder de estabelecer a ordem social e definir as políticas da infância. Isso implica que os adultos precisam estar atentos e abertos a essa possibilidade. Se os adultos não perceberem e aceitarem o impacto da ação das crianças, não haverá alterações. Os casos observados por James e James não apresentam muitas evidências concretas desse processo de continuidade/mudança.

De todo modo, há que admitir que os aprendizados e as descobertas ao longo do período que corresponde à infância são, igualmente, diversos e, muitas vezes, intersectados por um protagonismo perigoso, que se afigura além das possibilidades físicas e cognitivas de uma criança. Tal é o caso das crianças e adolescentes que têm estado envolvidos com o tráfico, no Brasil, cuja relação em comu-

nidades de favela é considerada, atualmente, mais intensa do que nunca (Dowdney, 2003, p. 99). Anteriormente às mudanças ocorridas no comércio de varejo da droga no Rio de Janeiro, no início e meados dos anos 1980, crianças já estavam envolvidas, em níveis variados, na venda de drogas no interior da comunidade, mas eram empregadas com menos frequência do que hoje, do mesmo modo que o eram como olheiros do jogo do bicho nos anos 1960 e 1970, ou como olheiros, mensageiros ou aviõezinhos (transportadores de drogas) por traficantes naquele mesmo período. Nessa época, elas não eram armadas e costumavam receber “presentes” em vez de dinheiro, ou um salário fixo, em troca de seus serviços (*ibidem*).

[os traficantes falaram] vamos dá um ténis para crianças, vamos dá uma roupa, começaram com marcas de grife né, no início da década de 80 e roupa de grife que era a Adidas que eram caríssimas as roupas, então davam agasalho Adidas, short Adidas, chuteira [...] era uma coisa curiosa porque eles davam exatamente coisas que ajudariam a gente, teoricamente, a continuar sendo criança (extraticante juvenil dos anos 70) (Dowdney, 2003, pp. 99-100).

À medida que elas começaram a ocupar outras funções, passaram a ser pagas em dinheiro. Essa situação tem tido direta repercussão no aumento do envolvimento de crianças e adolescentes no comércio de drogas, como demonstram as estatísticas de criminalidade (p. 100). Todos os traficantes adultos entrevistados declararam ao pesquisador que o tráfico não era um trabalho adequado para crianças ou menores. Mas, ao se referirem à participação ativa de crianças e adolescentes, inclusive com o uso de armas, eles não avaliaram a infância ou a menoridade segundo o conceito de idade,

mas segundo a maturidade e o preparo (ser preparado) necessários à atividade cotidiana do tráfico. As crianças consideradas confiáveis ou maduras também foram vistas como mais “adultas e menos infantis”. Um gerente de boca entrevistado afirmou que “a infância acaba quando a criança começa a pensar como um criminoso, e não como criança, perdendo, assim, a inocência e a condição de criança” (pp. 106-7).

O impacto, na vida social, do conhecimento que cada criança vai construindo, nem sempre é direto, óbvio, consciente, pragmático, mas pode ser definido, teoricamente, como sendo “voz”, “agência”, “participação”. Isso subentende que a atenção à infância decorra no contexto da sociedade mais alargada, que as pesquisas incluam a possibilidade de captação das evidências empíricas mais sutis e, *a priori*, inimagináveis, geralmente ausentes dos roteiros de recolha etnográfica. Este tipo de evidência é, talvez, o mais difícil de captar.

Recordemos, por exemplo, uma situação observada no âmbito de um projeto de educação diferenciada, numa aldeia xavante (Nunes, 2003, pp. 247-67). Porque não estava claro se a responsabilidade de fazer as crianças chegarem à escola no horário certo era das famílias ou dos professores, estes últimos, após se aconselharem com o homem mais velho da aldeia, resolveram (re)evocar uma prática tradicional – em que a mulher do homem, que por preguiça não trazia peixe ou caça para casa, lhe enfarruscava a cara com carvão da fogueira (o que significava “vergonha”). O método foi adaptado do seguinte modo: ao nascer do sol, as crianças madrugadoras, acordariam as mais dorminhocas, enfarruscando-lhes, de surpresa, as caras com carvão. Essa “brincadeira de pintar a cara”, numa mistura de choro, riso e gritos, e que acabava num banho frio no rio, mostrou-se eficaz para resolver os atrasos na

chegada à escola e todos na aldeia pareciam satisfeitos com o resultado. O que jamais se imaginou foi que as crianças levassem tão a sério a questão, estendendo a ação de enfarruscar a cara com carvão aos demais adultos que ainda estivessem dormindo nesse horário. Isto gerou alguma confusão na aldeia, houve gargalhadas e protestos, e a “brincadeira” foi temporariamente interrompida. Mas quem eram esses adultos que dormiam até mais tarde? Eram os homens jovens adultos que, dado o processo de sedentarização, estavam com suas funções de guerreiros e caçadores esvaziadas, e assistiam a vídeos durante a noite, não tendo, aparentemente, o que fazer durante o dia. Ao mesmo tempo, as mulheres queixavam-se, constantemente, do excesso de trabalho, em face do que as meninas abandonavam a escola para ajudar as mães nas tarefas domésticas e de produção. Esta inesperada ação das crianças acabou por suscitar discussão, que envolveu todas as pessoas e abordou uma série de tópicos que estavam em conflito latente, entre os quais: a divisão e distribuição do trabalho entre os gêneros, a atribuição de papéis educativos às famílias e aos professores, a necessidade de lidar com novos hábitos e comportamentos decorrentes da introdução da educação escolar na aldeia, como lidar com o crescente acesso a audiovisuais etc. e foram, efetivamente, testemunhadas algumas mudanças na vida comunitária. As crianças não tiveram consciência do que provocaram. Ademais, não têm a mínima ideia do que é “participação social” e não faria sentido entrevistá-las a respeito do ocorrido. O importante é que, na prática, sua (re)ação tenha provocado impacto na sociedade. É que, do ponto de vista teórico, tenha havido o reconhecimento desse impacto, por parte do pesquisador, traduzindo-o por “agência” e integrando-o ao debate em curso nos Estudos sobre Infância (Nunes, 2005, pp. 218-20).

A etnografia, como método de excelência na pesquisa em Antropologia, tem sido evocada, por vários autores, como uma das chaves para captar esse processo de participação das crianças na vida social. Citamos, novamente, Christina Toren, a título de exemplo,

As crianças deveriam ser centrais à análise etnográfica simplesmente porque estão destinadas, ao longo do tempo, a constituir um saber sobre as práticas dos adultos e as ideias que estes usam para as justificar. [...] apenas [as crianças] podem nos dar acesso ao que elas sabem sobre o mundo e as pessoas, e o que elas sabem pode dar-nos elementos para uma compreensão analítica que não podem ser obtidos de nenhum outro modo (Toren, 2002, p. 113; nossa tradução).

Curiosamente, não é no âmbito da Antropologia, e sim da Sociologia e Educação que tem surgido o maior número de contribuições aos estudos modernos sobre crianças e infância. Allison James, antropóloga, constantemente sobrepõe Antropologia e Sociologia no seu trabalho, além dos grandes nomes de referência no delinear do movimento acadêmico internacional dos anos 1980/1990, como Jenks, Prout, Qvortrup, Corsaro, que, aliás, são sociólogos¹⁵. É no âmbito de departamentos e/ou de associações de Sociologia que mais se têm organizado eventos, constituído grupos de trabalho, elaborado projetos e publicações. No entanto, os sociólogos não raro recorrem à recolha de dados etnográficos e à observação participante como métodos empregados nas suas pesquisas. O trabalho de Toren, que consideramos decisivo para problematizar e refletir sobre como a criança experimenta a vida social e lhe atribui significado, é raramente referido na literatura que tem dado conteúdo e expressão a essa nova área de estudos. Toren, por sua vez, também

não se refere a essa literatura nos seus textos. A exceção fica por conta de algumas raras etnografias que focalizam sociedades não ocidentais, porém, reportando-se mais aos dados que Toren recolheu em Fidji do que à contribuição teórica do seu modelo para pensar antropologicamente a infância. A que se poderá atribuir esta aparente falta de comunicação? Em que, afinal, se distinguirá a contribuição dessas duas disciplinas?

Considerações finais

Allison James, num texto publicado na *American Anthropologist* (2007)¹⁶, reflete sobre algumas das questões metodológicas e epistemológicas que propusemos abordar neste artigo, quer no âmbito restrito dos estudos sobre infância, quer no da teoria antropológica em geral. Segundo a autora, se as novas abordagens abriram um campo teórico-conceitual, no qual as crianças podem expressar a sua experiência no mundo, isso não significa que sejam de fato ouvidas e vistas. Para isso, a pesquisa sobre infância precisa de caminhar mais a passo com a teoria social que permitirá posicioná-las como atores sociais. Isso significa que “dar voz” não se trata apenas de deixar as crianças falarem ou expressarem seus pontos de vista, e sim de explorar a contribuição única que as suas perspectivas providenciam. A Antropologia, ela sugere, está especialmente posicionada para o desempenho dessa tarefa, pela experiência em pesquisar, teorizar e escrever sobre o “outro”, e por ter debatido exaustivamente questões de representação e de “voz”, podendo iluminar alguns dos problemas hoje enfrentados pelos estudos da infância (James, 2007, p. 262), nomeadamente, o da autenticidade, porque, note-se, “as vozes” das crianças precisam ser traduzidas, interpretadas, mediadas. Como (quem, por quê, para quê) representá-las? Qual o seu papel na pesqui-

sa? Como as crianças estão sendo usadas na pesquisa? Como, através dessas pesquisas, se apresentam novos elementos de compreensão baseados nas perspectivas das crianças? Como ouvi-las, ao mesmo tempo, como indivíduos que possuem uma experiência social e cultural, e como membros coletivos da “infância”? são questões que ainda precisam de debate. Atualmente, há mais pesquisas com crianças do que sobre crianças, e a dar “voz” implica a inclusão das crianças como ativos colaboradores no processo de pesquisa, mais como sujeitos participantes do que objetos de estudo de adultos. Isso re-evoca críticas metodológicas no âmbito da Antropologia e das Ciências Sociais em geral: a relação pesquisador-pesquisado, o poder diferencial da relação, a politização da pesquisa. Serão os adultos capazes de adotar o “ponto de vista dos nativos” (das crianças, no caso)? Mais recentemente, as crianças passaram a fazer elas mesmas a pesquisa. Oferecerá, esse tipo de pesquisa, resultados mais acurados sobre questões da infância? Se só crianças podem dar conta de um conhecimento sobre a in-

fância, qual será o futuro dos pesquisadores da infância?

Para os adultos, diz James (2007, pp. 264-6), há uma linha tênue entre apresentar o que as crianças pensam sobre o mundo e considerar que o que veem através do olhar das crianças é a “nova verdade”, sem submeter as suas falas ao rigor científico pelo qual outras “vozes” foram submetidas na Antropologia, correndo-se, assim, o risco de uma mistificação. Toda pesquisa tem de ser reconhecida como um processo de representação, e se os antropólogos já refletiram bastante sobre isso, os antropólogos da infância ainda não o fizeram, pelo menos na mesma proporção. As perspectivas, pontos de vista, vozes das crianças têm de ser consideradas como pontos de partida para a compreensão da vida social.

A nossa expectativa é que as reflexões e exemplos aqui desenvolvidos contribuam para estimular e alargar o debate, enriquecendo-o com a experiência de investigação em Antropologia no Brasil e a especificidade do nosso objeto empírico.

Notas

- 1 Sobre trabalho infantil, da perspectiva que cruza os resultados da investigação científica e do ativismo social, ver também Boyden (1990) e Boyden, Ling e Myers (1998). Sobre movimentos sociais de crianças, ver Tomás e Soares (2004) e Tomás (2006).
- 2 Este exemplo é retomado mais adiante.
- 3 Este projeto foi desenvolvido entre 1988 e 1992 e contou com a participação de dezenove países.
- 4 Uma nova edição desse livro, revista e ampliada, foi publicada em 2008 (New York, Routledge).
- 5 Grifo do autor (Hirschfeld, 2002, p. 615).
- 6 “[...] a criança é-nos familiar e, ao mesmo tempo, é-nos estranha, habita no nosso mundo, mas parece responder a outro, é essencialmente como nós mas parece representar um tipo diferente de ser” (Jenks, 1982, p. 9; nossa tradução).

- 7 Reflexão desenvolvida em Nunes (1999, 2003).
- 8 Sobre os conceitos de *alteridade* e *geração*, e sua construção no âmbito da Sociologia da Infância, ver Sarmiento (2005).
- 9 Resumo do artigo 3, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, 1989: Todos os atos relacionados à criança deverão considerar os seus melhores interesses. O Estado deverá prover proteção e cuidados adequados quando pais ou responsáveis não o fizerem.
- 10 Por exemplo, em casos de divórcio ou separação familiar (James, James e McNamee, 2004).
- 11 Estudo realizado pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes e pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes mostrou, ao refazer a rota percorrida pela criança e pelo adolescente durante o processo de responsabilização criminal do autor da violência, que há um padrão hegemônico revitimizador de resposta dado pela sociedade e pelo Estado: “Tanto o Estado quanto a sociedade adotam padrões e reforçam tendências à revitimização de um ser humano que já se encontra com sua dignidade sexual violentada. Entendemos que a omissão e a falta de qualquer tipo de resposta, sobretudo por parte do aparato estatal é, em si, revitimizadora, pois não consegue promover o direito à proteção da criança vitimizada. Por outro lado, quando o Estado, especialmente o Estado Polícia e o Estado Juiz, agem com o olhar estritamente punitivo, reduzem a criança à fonte de informação no processo criminal, submetendo o processo de reparação do direito violado ao processo de punição penal. Este padrão contraria todo o paradigma preconizado pelos direitos humanos” (Barbosa e Valente, 2007 – Dossiê com casos emblemáticos lançado no Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil: 22 de maio).
- 12 A expressão *infância possível* evoca a noção *consciência possível*, de Goldman (1979, p. 56), para quem “O conhecimento se encontra no duplo plano do sujeito que conhece e o objeto estudado, pois todos os comportamentos são comportamentos de seres conscientes que julgam situações e escolhem, com maior ou menor liberdade, sua maneira de agir. O cientista social deve levar em conta, além da adequação do pensamento às coisas e os conhecimentos reais de seu tempo, um fator intermediário entre eles, o máximo de consciência possível das classes que constituem a sociedade a ser analisada”.
- 13 Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1979) tratam da “noção de pessoa e da fabricação do corpo”, e defendem que, nas sociedades indígenas brasileiras, existe uma relação inegável entre o modo como se fabrica, decora, transforma e destrói o corpo, e a mitologia, a vida cerimonial e a organização social. O corpo aparece como “instrumento, atividade, que articula significações sociais e cosmológicas: o corpo é uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento” (p. 11). Um exemplo é dado por Sylvia Caiuby Novaes (1986, p. 162), referindo-se aos índios Bororo: é ainda durante a gravidez, quando a mãe começa a manifestar preferência por certo tipo de alimentos (por referência aos *Aroe*, entidades sobrenaturais que são associados à cultura), que se inicia o processo de elaboração do indivíduo social.

- 14 Esse assunto é amplamente apresentado em Nunes (1999, cap. 2).
- 15 Para mencionar as contribuições em língua portuguesa, no Brasil, Irene Rizzini e Lucia Rabello de Castro, e, em Portugal, Manuel Sarmento, Manuel Pinto, Catarina Tomás, Natália Fernandes, Silvia Saramago, têm formação base em Sociologia, Serviço Social e/ou Psicologia. Em Portugal, apenas Raul Iturra, antropólogo, agregou em torno de si pesquisadores interessados nas questões da infância.
- 16 Este trabalho de Allison James tinha acabado de ser publicado quando elaboramos o presente artigo.

Bibliografia

- ACKERS, Louise; STALFORD, Helen (2004), *A community for children? Children, citizenship and internal migration in the EU*. Aldershot, Ashgate.
- BARBOSA, Bia; VALENTE, Jonas (2007), *Dossiê com casos emblemáticos lançado no Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil: 22 de maio*. Disponível em: <<http://www.direitos.org.br>>.
- BOYDEN, Jo (1990), "Childhood and the policy makers: a comparative perspective on the globalization of childhood", in JAMES, Allison; PROUT, Alan (eds.). *Constructing and reconstructing childhood*, Basingstoke, Falmer Press. pp. 184-216.
- BOYDEN, Jo; LING, Brigitta; MYERS, William (1998), *What works for working children?* Stokholm, Save the Children.
- BUTLER, I.; SHAW, I. (1996), *A case of neglect? Children's experiences and the Sociology of Childhood*. Aldershot, Avebury.
- CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (2000), *Research with children: perspectives and practices*. London, Falmer Press.
- COHN, Clarice (2000), *A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP.
- _____. (2002), "A criança, o aprendizado e a socialização na Antropologia", in LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. S.; NUNES, A. (orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*, São Paulo, Global, Mari e Fapesp. (Série Antropologia e Educação).
- DOWDNEY, Duke (2003), *Crianças de tráfico: um estudo de caso de crianças e violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sete Letras.
- ELIAS, Norbert (1978), *What is Sociology?* London, Hutchinson.

- FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2007), *Dossiê com casos emblemáticos lançado no Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil*. Brasília, DF.
- FOUCAULT, Michel (1980), *Power knowledge*. Brighton, Harvester Press.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The constitution of society*. Cambridge, Polity Press.
- GOLDMAN, L. (1979), *Ciências Humanas e Filosofia; o que é a Sociologia?* 7. ed. Rio de Janeiro, Difel.
- HARDMAN, Charlotte (2001), "Can there be an Anthropology of Children?". *Childhood*, 8 (4): 501-17.
- HART, Jason (2006), "Saving children: what role for Anthropology?". *Anthropology Today*, 22 (1): 5-8.
- HIRSCHFELD, Laurence (2002), "Why don't anthropologists like children?". *American Anthropologist*, 104 (2): 611-27.
- HUSSERL, Edmund (1970), *The crisis of European sciences and transcendental phenomenology*. Evanston, IL, Northwestern University Press.
- ITURRA, Raul (1996), *O saber das crianças*. Setúbal, ICE.
- JACKSON, Michael (1989), *Paths towards a clearing: radical empiricism and ethnographic inquiry*. Bloomington, Indiana University Press.
- JAMES, Allison (2007), "Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials". *American Anthropologist*, 109 (2): 261-72.
- JAMES, Allison; JAMES, Adrian (2004), *Constructing childhood: theory, policy and social practice*. London, Palgrave.
- JAMES, Allison; JAMES, Adrian; McNAMEE, Sally (2004), "Turn down the volume? Not hearing children in family proceedings". *Child and Family Law Quarterly*, 16 (2): 189-203.
- JAMES, Allison; PROUT, Alan (eds.) (1990), *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. London, Falmer Press.
- JENKS, Chris (1982), *The Sociology of Childhood: essential readings*. London, Batsford.
- _____. (1996), *Childhood*. London, New York, Routledge.
- LANCY, David (2007), "Accounting for variability in mother-child play". *American Anthropologist*, 109 (2): 273-84.

- LeVINE, Robert (2007), "Ethnographic studies of childhood: a historical overview". *American Anthropologist*, 109 (2): 247-60.
- LIEBEL, Manfred; OVERWIEN, Bernd; RECKNAGEL, Albert (eds.) (2001), *Working children's protagonism*. Frankfurt/London, Iko.
- LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Angela (2002), "Introdução: contribuições da etnologia à Antropologia da Criança", in LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. S.; NUNES, A. (orgs.), *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo, Global/Mari/Fapesp. (Série Antropologia e Educação).
- MARTINS, José de Souza (1997), *A criança como testemunha*. Fronteira à degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Hucitec.
- MARTINS, José de Souza (org.) (1993), *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed., São Paulo, Hucitec.
- MAYBURY-LEWIS, David (1984), *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- MORRIS, Brian (1997), "In defence of realism and truth critical reflections on the anthropological followers of Heidegger". *Critique of Anthropology*, 17 (313): 313-40.
- NOVAES, Sylvia Caiuby (1986), *Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo*. São Paulo, FFLCH-USP. (Col. Antropologia, 8).
- NUNES, Angela (1999), *A sociedade das crianças A'uwe-Xavante: por uma Antropologia da Criança*. Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional. (Col. Temas de Investigação, 8).
- _____. (2003), *Brincando de ser criança: contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da Infância*. Tese de doutorado. ISCTE, Portugal.
- _____. (2005), "Childhood dynamics in a changing culture: examples from the Xavante people of Central Brazil", in KNÖRR, J. *Childhood and migration: from experience to agency*. Bielefeld, Transkript. pp. 207-26.
- O TEMPO ON LINE. Pesquisa revela "adultização" de crianças. 6 maio 2007. Disponível em: <www.otempo.com.br/otempo/noticias/?...536>.
- POSTMAN, Neil (1998), *Desaparecimento da infância*. São Paulo, Rocco.
- QVORTRUP, Jens et al. (1994), *Childhood matters*. Aldershot, Avebury.
- SARMENTO, Manuel (2005), "Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância". *Educação & Sociedade*, Campinas, 26 (91): 361-78.
- SEEGER, Anthony; Da MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (1979), "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras". *Boletim do Museu Nacional*, Antropologia, 32.

- SILVA, George Agostinho da ([1939] 2000), *Obras de Agostinho da Silva*. Textos pedagógicos. Vol. I. Lisboa, Âncora.
- SILVA, Gessé de Souza (2000), "Filhos e violência: como a família lida com rupturas em situação de perda. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, Bahia.
- TOMÁS, Catarina; SOARES, Natália (2004), "Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância... os intrincados trilhos da acção, participação e protagonismo social e político das crianças". *Fórum Sociológico*, IEDS/UNL, 11/12: 349-61.
- TOMÁS, Catarina (2006), *Há muitos mundos no mundo: direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças*. Diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. Tese de doutorado. Braga, Portugal, IEC, Universidade do Minho.
- TOREN, Christina (1993), "Making history: the significance of childhood cognition for a Comparative Anthropology of mind". *Man, New Series*, 28 (3): 461-78.
- _____. (2002), "Anthropology as the whole science of what is to be human", in FOX, R. G.; KING, B. J. (eds.). *Anthropology beyond culture*. Berg, New York, Oxford, pp. 105-124.

Artigo recebido em outubro/2007

Aprovado em novembro/2009

Resumo

Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância

Vencida a etapa inicial de levantamento das possibilidades e potencialidades de investigação sobre a infância nos âmbitos da Sociologia e Antropologia, a capacidade de agência das crianças no universo das relações sociais tem ocupado, cada vez mais, espaço nos projetos de investigação. Pelo menos, teoricamente. Na prática, ainda não está muito claro como identificar e perceber a complexidade desse processo de participação das crianças na vida social e na construção da própria infância, dada a peculiaridade com que estas o expressam. "Como e o que aprender com as crianças, e sobre elas" permanece um desafio em aberto, cheio de contradições e impasses. Este artigo refletirá sobre questões metodológicas e epistemológicas que se afiguram, às autoras, cruciais ao avanço, definição e consolidação deste campo de estudos.

Palavras-chave: Crianças; Infância; Agência; Participação; Antropologia; Epistemologia.

Abstract

Methodological and epistemological questions arisen by the Anthropology of Childhood

Having overcome the initial step of identifying the possibilities and potential of research on childhood in the fields of Sociology and Anthropology, Children's agency in the universe of social relations has oc-

cupied more and more space in research projects. At least theoretically. In practice, it is still unclear how to identify and understand the complexity of this process of children's participation in social life and in building their own childhood, given the peculiar way children express themselves. "How and what to learn with children and about them" remains an open challenge, full of contradictions and dilemmas. This article will reflect on methodological and epistemological issues that seem, to the authors, crucial to the advancement, definition, and consolidation of this field of study.

Keywords: Children; Childhood; Agency; Participation; Anthropology; Epistemology.

Résumé

Questions méthodologiques et épistémologiques suscitées par l'anthropologie de l'enfance

Une fois vaincue l'étape initiale d'identification des possibilités et des potentialités de l'investigation à propos de l'enfance dans les domaines de la sociologie et de l'anthropologie, la capacité d'agir des enfants dans l'univers des relations sociales occupe de plus en plus d'espace dans les projets de recherche. Au moins en théorie. Dans la pratique, il n'est pas encore très clair de quelle façon identifier et percevoir la complexité de ce processus de participation des enfants à la vie sociale et dans la construction de leur propre enfance, étant donné la particularité avec laquelle les enfants l'expriment. « Comment et quoi apprendre avec les enfants et à leur sujet » demeure un défi non résolu, plein de contradictions et d'impasses. Cet article propose une réflexion sur les questions méthodologiques et épistémologiques qui nous semblent essentielles au développement et à la consolidation de ce domaine d'études.

Mots-clés: Enfants; Enfance; Agence; Participation; Anthropologie; Epistémologie.